

DOIS “VELHOS COMPANHEIROS” DAS CORTES DE LISBOA: OS PEDIDOS DE FAVOR DO PADRE JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR A PEDRO DE ARAÚJO LIMA

Paulo Henrique Fontes Cadena

Docente da Universidade Católica de Pernambuco

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: cadenapaulo@gmail.com

Na década de 1850, Pedro de Araújo Lima já havia caminhado longamente pelas estradas políticas do Brasil. No dizer de Mello Moraes, para os idos de 1860, era “o maior vulto que ainda resta[va] do primeiro reinado, e o mais considerado cidadão que possui[a] o Brasil, depois do imperador” (MELLO MORAES, 1866, p.3). Foi tudo o que poderia ser, politicamente, no Império. Chegou a ser chamado, pejorativamente, vice-rei, por José de Alencar, em suas “Cartas de Erasmo”: “Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei” (ALENCAR, 2009, p. 249). As críticas do cearense seguiriam firmes contra o Marquês de Olinda, que morreria em 1870. Os Alencar, pai e filho, em algum momento da vida, estariam em lados opostos aos planos políticos de Olinda.

Em 1856, o Marquês de Olinda já havia matado, de raiva, que fique claro, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, numa disputa parlamentar. Olinda teria pronunciado longa fala contra o então ministro. Paraná, acometido por incômodos intestinais, em seu temperamento exacerbado, sofreu grave crise de saúde. Com isso, não completou a resposta ao senador pernambucano, presentemente (PEREIRA DA SILVA, 2003, pp. 259 – 260): teria respondido, assim, no leito de morte. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque, irmão dos Viscondes de Camaragibe e Suassuna, além do Barão de Muribeca; filho do revolucionário de 1817, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - também morreria em conflito com Olinda, em 1863, enquanto compunha ministério (PEREIRA DA COSTA, 1982, pp. 93 – 98).

Não era apenas o Marquês de Olinda quem causava problemas aos seus adversários: também enfrentava severos imbróglis quando de seu ministério, entre 1857 e 1858. O padre Pinto de Campos, fofoqueiro-mor do Império, aquele que disse ser “a política a arte de matar a vergonha”, colocava ao então Barão de Camaragibe Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque: “Senhor Barão, isto tudo está uma miséria. Não creia que o Marquês é o homem de outr’ora. Está inteiramente mudado no físico e no político.” (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO – IAHP. FUNDO VISCONDE DE CAMARAGIBE – FVC -PADRE PINTO DE CAMPOS. 1858).

Pedro de Araújo Lima, que já havia sido regente do Império, entre 1837 e 1840 (CADENA, 2018, passim), deixava-se passar por Marquês de Olinda, velho e levado pela nova correnteza, para manter-se no poder, mesmo expondo-se a azares e fracassos. Nem o Visconde de Albuquerque, liberal, irmão de Camaragibe, confiava mais no ministério, que deveria retirar-se por coisas internas da política de corredores, “coisas lá do Paço”. Pedro II estava mais desgostoso. Se anteriormente dissera não tirar o Marquês antes do seu pedido de saída, parece haver mudanças no complexo jogo ministerial. Informou, mais uma vez, Pinto de Campos:

E pensa Vossa Excelência que ele [O Imperador] está satisfeito com o Ministério? Ainda há pouco deu ele uma prova do nenhum apreço em que o tem. Querendo divertir as Princesas, chamou a São Cristóvão um mágico mui célebre que aqui anda, e outro rabequista não menos célebre, e convidando todos os seus camaristas, e diversos senadores da oposição para assistirem ao divertimento, não convidou um só dos Ministros! Este fato tem sido geralmente analisado, e o próprio Martinho Campos, caráter bastante elevado, disse-me, se fora ministro esse fato era bastante para o fazer sair do ministério. (IAHP. FVC. PADRE PINTO DE CAMPOS. 1858)

O que acontecia, nesse momento, era uma crítica dos antigos aliados da Regência, às novas alianças do Marquês de Olinda. Buscavam, no passado, a virtude do homem que governou o Brasil na menoridade do Imperador, que, agora, era homem feito. Quando o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos apontou a mudança física e política de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, demonstrou um afastamento das alianças políticas feitas antes e durante a regência.

O Monsenhor Joaquim Pinto de Campos foi, aos poucos, trocando as expressões que escrevia quanto ao Marquês de Olinda. Se, no início das missivas de 1858, era o “pobre

velho”, ao final, já era um ganancioso, mesmo sendo “respeitável”, dando “barrigadas”. Com toda a acidez já conhecida das correspondências enviadas pelo clérigo, denunciava os atos do Olinda modificado pelo tempo e interesses pessoais. O Visconde de Camaragibe - grande interlocutor do sacerdote, além de seu protetor - deveria ler aquelas linhas: pensava, guardava e respondia ao sacerdote que também era, além de deputado geral, em diversas legislaturas, bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife. De uma forma ou de outra – na câmara ou na instituição educacional – o padre conhecia a mais fina flor da elite política que estudava sob as vistas do Visconde de Camaragibe: o diretor da instituição. Possuía diversos contatos e sabia ler bem intenções variadas. Torna-se intrigante saber como deveria ser, a ele, custoso, executar a obrigação canônica do segredo de confissão. O homem posto a ouvir e transcrever em folhas de papel deveria conhecer demais, em segredo, os atos daqueles piedosos ministros, deputados, senadores, fazendeiros, banqueiros, plantadores de cana de açúcar. Ademais: se tantas vezes se colocava como o capelão ou “dizador de missas” de Camaragibe, talvez o repassar de informações fosse acordo firmado entre as atas sacramentais. As relações intestinas entre o padre e o senhor de engenho iam além das informações: o homem que celebrava os sacramentos para os Cavalcanti de Albuquerque também acompanhava as fofocas da Corte, ou melhor, as crônicas de escutar. As palavras sagradas oficiadas por Pinto de Campos não eram as únicas intenções conectadas ao irmão do Visconde de Albuquerque. Das orações, os ditos perfuravam aquilo que menos há de sagrado na humanidade: ambição e poder (CADENA, 2018, *passim*).

Quanto a Pedro de Araújo Lima, era mais um daqueles filhos de senhores de engenho de Pernambuco. Fez o caminho já apontado por José Murilo de Carvalho: foi estudar direito em Coimbra (CARVALHO, 2003, *passim*). Para chegar até as terras lusas, Manoel de Araújo Lima teve de vender muito açúcar, escravizar muita gente e estabelecer relações com os mais diversos traficantes de carne humana espalhados pelo Brasil, Portugal e África (CADENA, 2018, *passim*). Um deles vale ser anotado: Bento José da Costa, segundo Marcus Carvalho, um dos maiores comerciantes de gente já vistos em Pernambuco. Ele esteve ligado aos rebeldes de 1817 e “sua filha havia casado com Domingos José Martins, o comerciante que liderou a revolta e foi executado por isso” (CARVALHO, 2002, p.155). Ainda segundo o mesmo historiador, “Bento tinha seus próprios navios, que desembarcavam africanos nas

praias mais próximas dos seus engenhos. Depois de 1831, ainda anunciava comprando e vendendo escravos para fora da província” (CARVALHO, 2002, p. 155).

Para formar-se em Coimbra, Pedro de Araújo Lima esteve envolvido com os mais diversos sujeitos: traficantes, atravessadores de açúcar e capitalistas. Não esteve ao lado da revolução de 1817, assim como os seus familiares: posicionaram-se do outro lado do conflito. E não custa nada lembrar: o pai de Araújo Lima possuía engenhos em pontos estratégicos de Sirinhaém: na beira do rio Camaragibe (Antas) e parte de uma propriedade importante (Boa Vista) facilitando, assim, pensarmos nas possibilidades de tráfico, também, aliadas à figura de Manoel de Araújo Lima (CADENA, 2018, *passim*).

Foram esses traficantes que fizeram Pedro de Araújo Lima chegar às Cortes de Lisboa. Junto com Manoel Zeferino dos Santos, Domingos Jorge de Barros, Diogo Antonio Feijó, padre José Martiniano de Alencar, Araújo Lima assentou-se em Lisboa. Ao que parece, aqueles dias criaram laços de solidariedade entre os participantes.

Pedro de Araújo Lima, surdo, em consequência das bexigas ou varíola, na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves do Recife, ainda na infância, conseguiria ascender à regência em 1837, depois da conjunção dos mais diversos fatores. Um deles pode ter sido o casamento com dona Luíza Bernarda de Figueiredo, filha do desembargador José Bernardo de Figueiredo, ao que parece, amigo íntimo de Diogo Antônio Feijó. Quando o ex-regente de 1835 saiu do poder, em 1837, elevou Araújo Lima ao Senado e ao Ministério do Império. Pela constituição, na menoridade do Imperador, quem deveria assumir, interinamente, era esse ministro (CADENA, 2018, *passim*).

Voltando ao fator da surdez de Pedro de Araújo Lima, ela foi recordada e indicada por aqueles que não se afinavam com a sua política, nos diversos momentos da trajetória política. Um dos escritores que veio a lembrar tal característica foi Joaquim Maria Machado de Assis, que conheceu o Marquês de Olinda no Senado. Em um dos seus textos publicados na “Revista Brasileira”, no ano de 1898, o “Bruxo do Cosme Velho” expressou:

Também não o era Olinda, mas a autoridade deste sabe-se que era grande. Olinda aparecia-me envolvido na aurora liberal ou << situação nascente>>, mote de um dos chefes da liga, penso que Zacharias, que os conservadores glosaram por todos os feitios, na tribuna e na imprensa. Mas não deslizeemos a reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que

competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão de pressa o adversário acabava, como ele principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo (MACHADO DE ASSIS, 1898, pp. 265 – 266).

Pedro de Araújo Lima terá, por um dos seus maiores adversários, José Martiniano de Alencar. É ele quem arranja, junto aos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, o clube da Maioridade, que conseguirá derrubar o regente, em 1840. Entre chocolates e bolinhos, no Rio de Janeiro, como deixou claro o José de Alencar, filho, o golpe era armado (ALENCAR, 1893, p.17).

Era o mesmo ano de 1840, quando Araújo Lima recebia carta do presidente da província do Ceará sobre uma suposta sociedade secreta, alocada na cidade de Icó, sertão daquela província, em vistas à derrubada da regência. Não seria de estranhar que tal indicativo viesse, justamente, do Ceará: porto político do padre José Martiniano de Alencar.

Francisco de Souza Martins era o presidente do Ceará desde fevereiro de 1840. Fazia parte daquele grupo de bacharéis formados no curso jurídico de Olinda, protegidos por Araújo Lima. Investigava uma sociedade secreta no sertão do Ceará, em Icó. Um dos bilhetes que chegavam às mãos do presidente era para Thomaz de Aquino Pinto Bandeira, residente naquela localidade, “de espírito ativo, e amigo de novidades (segundo me informam); e mui relacionado com as pessoas da oposição nessa cidade” (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.IHGB. Arquivo Marquês de Olinda.AMO. Lata 214 Pasta 47. FRANCISCO DE SOUZA MARTINS.1840). Alguns escritos misteriosos, que deixavam o governo desconfiado, vinham com letra de mulher a João Facundo de Castro Menezes, “encerrando o bilhete com cifras idênticas às do primeiro, e dele parece indubitável existir correspondência para essa Corte da mencionada sociedade” (IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840). Ou seja: o presidente tinha certo medo de que toda aquela maquinação pudesse ser realizada entre o Ceará e Corte para a derrubada do regente. A razão para estar amedrontado era tanta, que Souza Martins dizia: “parecendo-me improvável que pessoas desta cidade só por mero divertimento, ou por intriga, imaginem um abecedário de cifras, e com ele mantenham correspondência com a Corte” (IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840). E ainda

propunha o “exaltamento dos chefes desse partido, que se considera na véspera de perder na Província o predomínio que há gerado por tantos anos” (IHGB.AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840). Assim, o último recurso daqueles sujeitos seria “o apelo a uma revolução cujo fim não pode deixar de encontrar simpatias na população desta Província, e de outras do Império” (IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840). Para Souza Martins, as circunstâncias eram “mui ponderosas e dignas de séria meditação, e de vigilantíssima precaução” (IHGB. AMO. Lata 214 Pasta 47, 1840).

Parece que o Presidente do Ceará estava correto em suas desconfianças: o teatro da ação da missiva é muito mais complexo do que o leitor pode estar imaginando. Pensou-se, inicialmente, que alguns bilhetes estavam ligados ao Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino, segundo Souza Martins, “cidadão respeitável e de minha inteira confiança”, já que a referência possuída era a de um “Aquino do Icó”. Contudo, o presidente da província desfaz a dúvida e indica Thomaz de Aquino Pintto Bandeira como o envolvido na confusão. Todavia, para Guilherme Studart (Barão de Studart), o Coronel Agostinho José Thomaz de Aquino não foi melhor pessoa: “era capaz das maiores perfídias e crueldades” (STUDART, 1910, pp. 14 – 15). Havia sido “fervoroso liberal” e amigo de João Facundo de Castro Menezes, também colocado no imbróglio. Porém, voltou-se, depois, para o lado dos conservadores. Já seu ex-amigo João Facundo de Castro Menezes foi o presidente do Ceará desde a saída do padre Alencar, em 25 de novembro de 1837, daquele cargo. João Facundo permanecia na presidência até a subida de Araújo Lima à Regência. Ou seja: havia muito ressentimento e vontade de ver a queda daquele governo; assim, as atitudes de Martins tomam explicação, ainda mais, quando sabemos que, logo após a proclamação da Maioridade de Pedro II, João Facundo será o presidente da província. Muito provavelmente, estava armando contra Pedro de Araújo Lima e recebeu a recompensa. E se pensarmos mais um pouco, adicionamos outra informação: no Rio de Janeiro, o Clube da Maioridade teria o cearense padre José de Alencar como um dos fundadores. Tudo fazia sentido. Mas, o fim de João Facundo de Castro Menezes seria trágico. Aos 8 de dezembro de 1841, sendo vice-presidente do Ceará, era assassinado. E o cúmplice do crime: Agostinho José Thomaz de Aquino (STUDART, 1910, p. 15).

O padre Alencar estivera envolvido, com a sua família, na revolução de 1817. Segundo Muniz Tavares, foi ele, ainda subdiácono, formando-se no seminário de Olinda, quem saíra com a missão de levar a revolução ao Crato. Chegando lá, fará a sua prédica

revolucionária contra a opressão do governo português (TAVARES, 2017, passim). De modo similar, na revolução de 1824, a família Alencar estará imersa na Confederação do Equador. O irmão de padre Alencar, Tristão Gonçalves, foi, inclusive, o presidente revolucionário no Ceará. Derrotado o movimento, Alencar pedirá perdão ao imperador.

Apesar de estarem em lados opostos nas arenas políticas, ao que parece, os sujeitos aqui indicados, apresentavam proximidades, ao ponto do padre Alencar pedir ao então Marquês de Olinda, cargo para um seu apaniguado.

Ainda era 26 de novembro de 1857, quando o padre Alencar enviava missiva ao Marquês de Olinda, enquanto presidente do conselho de ministros. A carta é extensa, todavia, vale pelos argumentos usados para a súplica por Leonardo Ferreira Marques. E adiantavam-se os pedidos:

Não tendo outro título, a que me possa pegar para inscrever de Vossa Excelência um favor, lembro-me de dizer a Vossa Excelência que é um dos três velhos companheiros de Vossa Excelência [...] hoje em dia vivos, e que comporam sua carreira política com Vossa Excelência nas Cortes de Lisboa, que lhe pediu uma dita para a [...] Leonardo Ferreira Marques estabelecido na Província do Amazonas, e hoje vem reiterar este pedido levando a presença da Vossa Excelência o requerimento do pretendente com os Documentos, que comprovam os seus serviços. Além do que aí se expunha prova-se mais a consideração de que ele goza pela circunstância de ter ultimamente nomeado digo proposto para comandante superior da Guarda Nacional do Município da Capital daquela Província, como poderá afirmar a Vossa Excelência o senhor Ministro da Justiça, que também tem consigo os atestados honrosos ao pretendente passados pelos deputados Dias Vieira ex-presidente do Amazonas, e Serra Carneiro ex juiz de Direito da mesma Província. Digne-se Vossa Excelência atender-me neste pedido, que muito lhe agradecerei; pois é uma dívida que tenho a pagar a este [...], e a seu irmão capitão da 1ª Linha Bento Ferreira Marques Brasil, que me salvaram a vida em 1840 quando os ordeiros de minha Província por bem da ordem deles, e como eles a entendem, me quiseram assassinar no Ceará quando lá estive na minha última presidência: [...] por bem da ordem que eles [...]/ que aliás ainda estão até hoje da posse de todos [...] oficiais/ queriam por meio de uma sedição armada, e violenta assassinar a 1ª autoridade da Província! Mas em [...] eles muito embora dos frutos da sua rebeldia, [...] Vossa Excelência uma graça a aquele que defendeu nessa ocasião a vida do Presidente e que hoje espera que este lhe preste algum serviço em sinal de gratidão¹ (IHGB. AMO. Lata 207 Pasta 41. ALENCAR, 1857).

¹ IHGB. Lata 207 Pasta 41. O documento, hoje, encontra-se no estado de “impossibilitado para consulta”. Todavia, quando ainda era possível tomar nota, copiamos o que pudemos daquela página. Aqui, trazemos, na íntegra, todavia, sem as saudações iniciais e finais, o que conseguimos copiar. Por encontrar-se bastante

Enquanto, tanto para desqualificar, quanto para elogiar, o período mais lembrado da vida do Marquês de Olinda era a regência, o padre Alencar invertia esse tempo: buscava ainda mais longe a autoridade, ou melhor, procurava a lembrança dos dias em que trabalharam nas Cortes de Lisboa, guardando a intenção do passado iniciado quando o Brasil ainda estava unido a Portugal e logo, logo se separaria. Uma geração que o tempo, cruel adversário, já havia levado a todos, e, apenas sobravam alguns quatro exemplares. Talvez, o padre quisesse mostrar o Olinda muito diverso daquele tempo longínquo. No entanto, Alencar parece querer tornar-se esquecido, o período regencial, exatamente pela deposição do regente pelo grupo ao qual estava estabelecido. Entretanto, jogando para fora do escrito os dias de oposição, não reflete ser, o pedido por Leonardo Ferreira Marques, advindo dos excessos do partido conservador, dos acerbados de Olinda, naquele momento. Alencar atrela 1840 à história própria, desvinculando-a da do ministro pernambucano. Pode ter sido uma estratégia para adiantar-se aos sentimentos de rancor, tão comuns, ao peito de Olinda. A tentativa de assassinato tinha por causa aquilo indicado por Viana Filho: “Iria proteger os amigos perseguidos pelos Caramurus, designação dada aos Conservadores.” A Província do Ceará, estando próxima de sedição, fazia o sacerdote “expor a vida”, indo até Sobral, donde “pequeno levante chefiado por um Major Torres, cercou-lhe a casa em um tiroteio que perdurou por toda a noite” (VIANA FILHO, 2008, p. 47). Enfim, mesmo desviada, a intenção de Alencar, na carta, era atrelada aos aliados de Olinda, no momento de 1840. Como o Marquês possuía gosto em guardar mágoas, não deve ter perdoado o padre organizador de reuniões em casa para sua deposição do poder. Se Olinda estava acima dos partidos, e vivia como um “rei constitucional”, do tipo indicado por Martinho de Campos, devia ser por não querer envolver-se nessas quedas e subidas dadas ao derredor, mesmo se apoderando delas. Olinda era jogador. Nada mais ambicioso e raivoso que um perdedor, e a derrota de 1840 teria sido trágica. Ao final, não sabemos se o pedido fora atendido. No entanto, fazia-se em súplica de velho para velho, sem nenhuma oportunidade de um chamar ao outro inútil ou caduco. Mas, o José Martiniano de Alencar, filho, soltaria os canhões sobre Olinda, em breve, usando-se desse argumento.

Deveis sentir, Marquês, imenso gáudio contemplando vossa obra. Enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado: rara é a página em que não figure ele no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis vice-rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de ocuta e possante estirpe.

Quem o dissera?

O ancião, carregado de anos, mais velho que o século e o império já fatigado das lutas ardentes, sobrepujou uma plêiade de varões fortes, ainda robustos na idade e talento. Enquanto estes truncavam por um pânico incompreensível o livro de sua vida ilustre, o ancião abriu nova era a uma existência que parecia já selada, como um testamento, para a história. [...] Vosso orgulho deve estar satisfeito; mas a consciência há de ter sofrido lanhos profundos, daqueles que nunca cicatrizam. (ALENCAR, 2009, p. 249)

Alencar ia desfiando imenso rosário enquanto indicava a história de Olinda: o ilustre passado conservador contra o presente de ninguém. Mostrava que durante o reinado do Pedro I - quando assumira o ministério do Império, aos 14 de novembro de 1823 e deixando no dia 17, por dizer-se incapaz - “na robustez da idade, quando o espírito se arroja, apareceis na História do Brasil dando um testemunho admirável de abnegação e modéstia. Retiraste do ministério, impelido pela convicção da própria insuficiência” (ALENCAR, 2009, p.248). E prossegue: “Mais tarde, chamado de repente a alta magistratura da regência, vos cercastes de brasileiros eminentes”, ou seja, dos regressistas. “Repousando na imparcialidade das altas funções, deixastes que os obreiros gloriosos trabalhassem na restauração do princípio da autoridade”: que destruíssem a obra dos proto-liberais da descentralização. Mas, “quando, em 1863, ressurgistes dos limbos de uma pasmosa mistificação, os conservadores não estavam em seu posto de honra para resistir-vos. Travastes da acha ministerial para devastar o partido estremecido” (ALENCAR, 2009, p. 249), desfazendo a câmara de maioria conservadora, chamando novas eleições, e a entregando aos ligueiros.

O ministro pernambucano era de incrível longevidade. Passara por todos os maiores cargos do Império. Sendo nascido em 1793, era mais velho que o Oitocentos e o Império. Todavia, Alencar atribui ao Marquês o epíteto de “vice-rei”, podendo carregar, em si, várias conotações. A presidência do conselho de ministros trazia, ao que assumia esse título, a responsabilidade de organizar as pastas ministeriais ao lado do Imperador. Tinha certa independência política, mesmo todos sabendo ser, Olinda, pau mandado de Pedro II, em diversos momentos. Mantinha-se o ministério por ordens dele. Por isso, o presidente do

conselho de ministros era colocado cobrindo o “poder moderador irresponsável”. No entanto, há outra interpretação. Alencar era jurista, estudara as leis e as conhecia profundamente: poderia estar associando o termo ao antigo uso, como observara, as funções, Antonio Hespanha:

De acordo com a doutrina jurídica do Antigo Regime, os vice-reis (vicários do rei) possuíam um poder extraordinário (*extraordinaria potestas*, similar àquele exercitado pelos chefes militares supremos, *dux*). Como o próprio rei, eles poderiam derrogar leis para melhor cumprir os objetivos estratégicos de suas missões. Nas instruções régias dadas aos vice-reis e governadores, tanto na China quanto no Brasil, uma cláusula era usualmente inserida de acordo com a qual eles estavam autorizados a desobedecer à instrução se o “real serviço” (“meu real serviço”) o requeresse, ou se o mesmo acontecesse em virtude das condições específicas daqueles lugares remotos (HESPANHA, 2010, p. 60).

Alencar colocou ser, o Marquês de Olinda, anterior ao Império. Assim, deveria estar fazendo alusão a esse uso do termo. Devemos lembrar, também, que corria no parlamento, pela década de 1850, ter Olinda dito desobedecer ao rei para melhor servi-lo. Ou seja: melhor alusão a este episódio, não havia. Postava-se independente ante os atos do rei, desobedecia, sempre o servindo e baixando a cabeça, quando dava.

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, faleceu às 4 horas da manhã do dia 7 de junho de 1870. Estava em casa, na Rua do Lavradio, número 50B, Rio de Janeiro. O motivo do óbito era o “amolecimento agudo do cérebro complicado de hemorragia” (HEMEROTECA DIGITAL. O LIBERAL. 1870, Nº201). Havia frequentado as sessões do Senado nos dias 2 e 3 de junho. Depois disso, a câmara alta não veria mais o Marquês de Olinda (HEMEROTECA DIGITAL. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1870. Nº164 E 165). O “amolecimento” era a causa científica, havia outra: o Marquês de Olinda era favorável ao esbulho das propriedades das ordens religiosas. Assim, teria “o tribunal da divina justiça” chamado o político pernambucano para prestar contas da medida: era a notícia que corria de boca em boca (HEMEROTECA DIGITAL. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1870. Nº162). Dessa forma, o Marquês de Olinda morria envolto em aura de mistério. O próprio Deus, rancoroso, levou o senador: era como alguns contemporâneos colocavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (1801 – 1844)*. Recife: EdUFPE, 2013.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil do século XIX*. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo (Recife, 1822 – 1850)*. Recife: EdUFPE, 2002.

HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: Política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira, Tomo décimo quarto, 1898.

MELLO MORAES, Alexandre José de. *Biographia Do Exm. Sr. Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Tipografia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866.

PEREIRA DA COSTA, F.A. *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart). *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lythographia a vapor, 1910.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: CEPE, 2017.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. São Paulo: UNESP/ Salvador: EDUFBA, 2008.